



**Um cientista luso-brasileiro na  
identificação da Amazonia**



ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

UM CIENTISTA LUSO-BRASILEIRO  
NA IDENTIFICAÇÃO DA AMAZONIA



SEPARATA DO BOLETIM  
DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA  
JULHO-SETEMBRO — 1971

911. Am  
R 357.02



# UM CIENTISTA LUSO-BRASILEIRO NA IDENTIFICAÇÃO DA AMAZONIA (\*)

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS  
Presidente do Conselho Federal  
de Cultura do Brasil

A participação de Portugal nos destinos do mundo efetivou-se com o episódio dos descobrimentos, quando, através deles, assegurou a amplitude do espaço físico e quando, por consequência, revelou naturêzas, humanidades e culturas que tardavam em tornar-se de acesso menos difícil ou menos rápido. O que denominamos de europeização da terra é façanha para que Portugal deu a contribuição admirável de seus navegadores, de seus soldados, de seus trabalhadores, de seus governantes e de seus técnicos. Toda uma ciência nova decorrente tem suas raízes nêsse momento histórico e nessa aventura, que foi, como lembra mestre Silva Rêgo, «espírito e pimenta», isto é, façanha a serviço de um ideal menos rude, mas também parte da cabeça econômica que, em nenhum momento, desacompanhou a espécie humana. O Renascimento não se pode limitar, portanto, àquela preocupação com as formas do pensamento e as formas estéticas do mundo clássico, que o medievo preservara nos conventos e mosteiros cristãos. É, igualmente, uma expressão muito nítida dessa empresa de Portugal e das outras potências que lhe seguiram a lição e, no experimentalismo das viagens e da montagem de impérios no ultramar, o americano, o africano e o asiático, deram também a sua substancial contribuição. Os exotismos, como capítulos do Renascimento e do Humanismo, tiveram, assim, no que os portugueses do seiscentismo realizaram, um primeiro capítulo cheio, farto, impressionante, exotismo que bebiam nas fontes asiáticas e também nas fontes africanas e americanas.

A história da participação portuguesa para o enriquecimento do patrimônio cultural está proposta nas sínteses de Jayme Cortesão, Carlos França, Luiz de

---

(\*) Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 29 de Julho de 1971.

Pina<sup>(1)</sup>, como de outros que se tomaram da decisão de procurá-la para a divulgação necessária. Foi expressiva, variada, ampla. Cobriu os mais distintos aspectos da atividade científica e artística da época, em demonstrativo da capacidade peninsular para a ação científica e tecnológica, como dizemos hoje. Essa contribuição, que não se limitara à revelação extasiada dos novos mundos e de suas possibilidades mais excitantes, estava na linha de uma autêntica revolução nos conhecimentos do homem face a outros homens e a outras terras. Essa contribuição não se alimentou, no entanto, no século seguinte, e portanto não se distinguiu, da mesma seiva exuberante, o que levou à conclusão, um tanto imediatista, de que Portugal estiolara, perdia, na contagem do tempo e na comparação com o que os outros povos promoviam à época, para o crescimento da cultura. Aquêlê fastigio do século XVI desaparecera, comprometendo a presença portuguesa nos destinos universais. Apontaram-se razões, somaram-se fatos, indicaram-se ausências no convívio com as novidades que reforçavam, lá fora, na Europa em fermentação continuada. Portugal distanciara-se da agitação das idéias e da construção no plano científico. Certo? Não nos parece certa a conclusão. Porque, se passarmos ao Império, encontraremos nêlê, se não um afá ponderável, significativo, de alto teor científico, uma curiosidade por sabê-lo, por desvendá-lo, por interpretá-lo, por criá-lo em têrmos de dinâmica humana, curiosidade verdadeiramente impressionante. Eram missionários, eram colonos, eram as próprias autoridades que se identificavam com o meio físico, com o meio social, e o examinavam sob os variados ângulos, criando uma literatura ultramarina, que não era apenas estética, emocional, mas pragmática, aqui entendido o pragmático como o estudo realístico do que eram os espaços e suas gentes como áreas novas e valôres a utilizar.

Uma política de sigilo fôra adotada, na fase inicial dos descobrimentos, para evitar que os outros povos, interessados na expansão, se beneficiassem, de imediato, com o que se estava a apurar. Continuava, agora talvez mais intensificada. Um inventário regular, a que se proceda, trará, porém, a resposta àquela negação tão afrontosa e tão falsa. Porque o que se pretendeu, com a negativa, lançada sôbre as preocupações filosóficas, quando houve realmente uma parada, firmados os que as estimavam e as promoviam numa escolástica ultrapassada, envolvendo erradamente todas as demais preocupações do espírito, foi além, assim, dos próprios limites da negativa. Porque, na realidade, não cessara a curiosidade pelo mundo novo em revelação. No particular do Brasil, onde, desde os primeiros momentos, século XVI, houve a indagação do que era a terra, seus sólos, sua realidade física e social, essa indagação não se encerrou ou interrompeu no século XVII. Prosseguiu, e à medida que crescia o Império sul-americano,

---

(1) É esse um tema que ainda não foi, no entanto, examinado na extensão necessária. É rico e dignificador da contribuição de Portugal.

de raís portuguesa, crescia também a curiosidade e o conhecimento. Missionários e colonos atuavam, nêsse particular, com muita intensidade, sob, no entanto, a pressão da política do sigilo, que impedia, para evitar a concorrência estrangeira, perigos à soberania nacional, a divulgação do que se realizava e a que não era extranho o poder público, ao incentivar a indagação. O pragmatismo da empresa lusíada não perdia conteúdo. O que se pode afirmar, com certo fundamento, é que nessa indagação não se procedia com o rigor científico desejável, e nas mesmos proporções do passado próximo. Embora, existia e não era menos-presível. Para não nos alongarmos — há um vasto noticiário geográfico sôbre as conquistas que se operavam ao longo da costa brasileira, em direcção à Amazônia e ao Prata, como ha também sôbre a expansão que demandava o centro-oeste da colonia. Não se fazia o mesmo com relação à África e ao Oriente? A divulgação dêsses têxtos não levará a uma conclusão diferente do que vimos sustentando até agora, eu próprio dela tendo participado também?

Se no século XVI encontramos a literatura científica rigorosa de que Portugal se orgulha muito justamente, aquela literatura com que se rasgaram novos horizontes ao conhecimento do mundo e decorre de ação de campo e não de pura inventiva cerebral; no século XVII ocorreu o fato, que devemos considerar, de que, com os outros povos que se iniciavam nos propósitos políticos e mercantis da formação de seus impérios coloniais, os portugueses prosseguiram, agora sem os grandes vôos do passado recente, nessa tarefa que refletia a mesma curiosidade. É certo, insista-se, que faltava o ímpeto sensacional que marcara o século XVI. Agora, o exótico, o novo, o provocante praticamente não existia mais. A grande revelação do mundo estava realizada. O mais era o complemento natural. A curiosidade científica arrefecera materialmente.

No Brasil, começara, então, a paixão da terra. Quantos escreveram para indicá-lo ou descreve-lo, estavam dominados pelo espectáculo radiante da excelência tropical. Dizia o cronista, por exemplo, a propósito do Amazonas: (2) — «A terra que acompanha à Ribeira é hum valle chão de mais de trezentas léguas de comprimento de grandissima abundança, fertilidade, arboredo com muitas aguas e povoações até à terra que chamão de Coca, que he de montes, e logo se segue Çumaço que os Castelhanos chamão da terra de Canella, por razão de certas arvores aromáticas que nella ha como grandes louros que dão hunos cachos de frutos como casulho, he a micanella; a terra he aspera mas abundante e rica»... «A terra promette grandes riquezas iper que como he costelação quente Oriental aonde o sol nace per cima do mar ha de aver muito sobre que ya se vay descobrindo, ouro e outros metais, esmeraldas, cristal, pedras de levar e outras presiosas, salitre e outros mineraes, e no Rio perlas, de que

(2) Cf. Arthur César Ferreira Reis, «A Política de Portugal no Vale Amazônico», pags. 12-13. Belém, Pará, 1940.

ya se virão e acharão bons principios»... «ha infinitas madeiras grandissimas ha pao darco, coatiara, que quer dizer pao pintado as arvores das anhas são como castanheiros he pao amarello, pao santo, pao do Brasil, angelin, paos de rosa, pao vermelho, pao preto como evano e outras infinitas madeiras que subem ao ceo, per baixo das quaes não nace mato, ate estes paos que fazem tinta vermelha, amarela, laranjada e vernis muito bom, e breu resinga e almasega, em quantidade muita seda, muito algodão e pita e berro ordinario, cal de ostras e outro barro vomo verde, e muito precioso, e tudo que não esta muy perto, vem com muita facilidade pelos Rios que todos são navegaveis».

A literatura que despontava na centuria seiscentista, nas páginas de Bento Teixeira Pinto, Magalhães Gandavo, Anchieta, Nobrega e ia continuar nas centurias seguintes, era uma literatura em que despontava a seiva nacionalista da exaltação pelo que a natureza oferecia à contemplação e ao uso imediatista na comercialização das espécies. Um cenário paradisiaco com humanidade primária, meio inocente, imatura, provocava o entusiasmo fácil. Machado de Assis, em ensaio para revista norte-americana, revelou a tése, agora explorada por Afrânio Coutinho (3). O sentimento localista na literatura brasileira nascente provocaria a posição nacionalista que seria a grande intenção, no século XVIII, atravez do iluminismo, de características próprias na colonia a caminho da emancipação. Esse iluminismo, cuja crônica vem sendo escrita por Maria Odila da Silva Dias (4), foi todo realizado sob as preocupações de natureza científica visando ao conhecimento da realidade brasileira. Em todas as províncias fazia-se, na oportunidade, o balanço do que éramos, do que valiamos e do que poderíamos prometer para o futuro. Quando o Principe D. João chegou ao Brasil, transladando para o Rio de Janeiro a séde da monarquia, que, dêsse modo não parecia nas mãos do invasor napoleônico, havia um vasto esforço de levantamento daquela realidade que o Monarca incentivou. Esse esforço representava o nosso iluminismo na forma especial que adquiria no Brasil pelo conhecimento do que já podíamos representar. Porque dêle ia fluir o sentimento mais agudo da autonomia.

As Academias Literárias e Científicas que se montaram nas Capitanias valem como centros de alta receptividade à ideia da investigação do que significavamos. Nessas Academias, trabalhava-se activamente. Como nas Sociedades Econômicas de Amigos do País, que se criaram em Espanha e se repetiam na América de cepa espanhola, com idênticos objetivos de reformulação do processo de vivência e de exame da realidade regional para as novas políticas que se deviam adotar, autêntico prefácio à autonomia que se iria obter poucas décadas adiante, as Academias que se fundaram no Brasil, ao estilo da Real Academia

(3) «A Tradição Afortunada». (O espírito da nacionalidade na crítica brasileira). Rio, 1968.

(4) Maria Odila da Silva Dias, «Aspectos da ilustração no Brasil». Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 278, Rio, 1968.

de História e da Academia das Ciências, investigavam sem cessar. Eram ativas, dinâmicas, úteis. O que produziram começa a ser divulgado por obra da Universidade de S. Paulo, em conjunto que atingirá 18 volumes, sob a direção técnica do professor Aderaldo Castelo<sup>(5)</sup>.

Continuava o receio de que a divulgação do quanto se apurava fôsse prejudicial aos interesses do Estado. Havia o receio de que, em meio aos textos escritos, houvesse a destorção prejudicial à estabilidade do Estado e da Religião. As idéias heréticas em matéria política e espiritual podiam contaminar a colônia, como podiam, igualmente, contaminar o próprio Reino. A acção da censura, nêsse particular, foi drástica. Seja aquela censura atribuída legalmente à Santa Inquisição, seja a outra, a que a substituiu, criada pelo Marquês, a Mesa Censória, que defendia a segurança do poder, vigiava, no particular dos princípios religiosos, impedia a difusão das novidades de uma filosofia política prejudicial ao sistema governativo vigente. Inquisição, como inquisição religiosa ou não, a Mesa Censória atuara no Brasil. Já se arrolam as primeiras consequências de Filiciano de Souza Nunes, como «O Brasil por suas drogas e minas», de Antonil, sofreram a ferula da censura. Embora, o policiamento de que se valia a autoridade não impediu a entrada das «novidades», representadas pelos pensadores não ibéricos. Os «estrangeiros» começavam a atuar. O país oficial, como Silva Dias<sup>(6)</sup> denomina a resistência, se não cedera nos primeiros tempos, acabou por conciliar-se com muito do que chegava e fatalmente provocaria as mudanças com que muitos sonhavam. Cabe, aqui, uma reserva à tese do obscurantismo defendida, como existente, por Mestre Hernani Cidade em «A crise mental do século XVIII» e em outros ensaios que lhe devemos<sup>(7)</sup>. Na verdade, ninguém pode contestar que as cogitações filosóficas e certas atividades culturais haviam perdido o vigor. Já vimos, no entanto, que em outros setores, em especial no ultramar, procedia-se de maneira indiferente. O obscurantismo não possuía as côres vivas que se pretendeu encontrar nêlo. O «país oficial» não abria janelas. Não pretendemos nega-lo. A Universidade estagnara. O «país oficial» agia diferente ao que se criava no exterior. Escrevendo, Silva Dias, seu ensaio acêrca de «Portugal e a cultura européia», deixou claro, novamente, o excessivo da afirmativa, sem negar o esforço oficial, para manter fechada a comunicação renovadora<sup>(8)</sup>. Essa a tese que não parece mais certa. Quando Bluteau, Verney, os Ericeiras e os Oratorianos enfrentaram o conservadorismo da Companhia de Jesús, que se mantinha firme, fiel a velhos postulados, e possuía, de certo modo até então, os destinos da inteligência portuguesa e ultramarina, na verdade iam

(5) Denomina-se a coleção «O Movimento Academicista no Brasil».

(6) «Portugal e a Cultura Europeia. Séculos XVI a XVII». Coimbra, 1953.

(7) «Crise Mental» foi incluída, posteriormente, em «Lições de Cultura e Literatura Portuguesa». 1.º vol. Séculos XV, XVI e XVII. 4.ª edição, Coimbra, 1959.

(8) Capítulos VII e X.

ao encontro de aspirações latentes. Nem seria possível compreender-se a rapidez do sucesso da campanha que desfecharam contra o conservadorismo se não, ocorresse a existência de ambiente que a facilitasse e garantisse. As reformas, com a reestruturação da Universidade e a laicização do ensino, refletiam esse estado de espírito. O Marquês, «despota esclarecido», na nova estrutura com que transformaria radicalmente o trabalho intelectual, na verdade estava cedendo às aspirações correntes. Portugal ia voltar ao convívio com o pensamento europeu, que enriquecera nos idos seiscentistas.

O Brasil, a essa altura, experimentava profundas transformações em sua vida. A expansão territorial tomara proporções imensas, provocando o conflito entre colonos das duas áreas ibéricas por que se definia politicamente a Sul-América. Todo um gigantesco esforço para dominar o espaço, revelado, vinha sendo executado. Criara-se uma sociedade dinâmica e uma economia tropical, que supria mercados externos. A colônia pontilhava-se de núcleos urbanos que iam do litoral a um oeste distante. O subsolo nas Minas Gerais, em Goiás e no Mato Grosso, como o pastoreio no vale de S. Francisco, interior nordestino e platôs paranaenses e gaúchos, constituíam frentes de atividade econômica, completando o quadro que de base física quasi continental, realizada por um contingente humano de formação mestiça, intrépida, sensível ao seu presente e ao futuro que estava elaborando.

A colônia, do ponto de vista de sua estrutura política, estava dividida em duas áreas específicas, que se haviam imposto, por suas feições distintas, para a divisão adotada — Estado do Brasil, a partir de 1763 com séde transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, e Estado do Grão do Pará e Maranhão, com séde em Belém desde 1751, quando deixava de ser capital a cidade de S. Luiz e o nome da unidade administrativa deixara de ser Estado do Maranhão e Grão Pará. Na verdade, porém, os dois Estados não significavam muito. Porque as Capitâneas Gerais, como as próprias Capitâneas subalternas, comunicavam-se diretamente com o Reino, de onde recebiam instruções e normas político-administrativas. A função condutora dos dois Estados era quasi que puramente nominal. Duas Companhias de Comércio, a do Grão Pará e Maranhão e a da Paraíba e Pernambuco, valiam como experiências novas na reformulação do sistema de valorização econômica do Nordeste e do extremo norte. Ao Governante, o Grão-General do Rio de Janeiro, atribuiu-se o título de Vice-Rei, o que não significava um status monárquico como ocorria na América espanhola.

A demarcação da fronteira fruto do expansionismo que repetia a façanha dos descobrimentos do século XVI, iniciava-se. Grupos de técnicos, que deviam efetuar-lá, no campo, cumprindo o que estava ajustado nos diplomas internacionais, procediam a um melhor levantamento da realidade geográfica, subindo e descendo rios, identificando relêvos, peculiaridades geográficas, elaborando cartas e plantas de menor proporção, de modo a garantir um retrato autêntico

do Brasil como geografia física, complementada com a geografia humana. O trabalho das chamadas partidas de demarcadores ia completar em certos aspectos, o que fora apurado, anteriormente, na aventura de colonos, militares e missionários e constava de relatos guardados nos arquivos oficiais. Essa curiosidade estava, no momento, na consciência dos dois países que desfrutavam dos grandes impérios territoriais nas Américas. Espanha e Portugal, nêsse particular, agiam com o mesmo objetivo e dentro do mesmo estado de consciência. Expedições científicas, que então se constituíam, marcavam o período histórico e refletiam a decisão governamental. Porque as expedições eram agora organizadas pelo poder público, que lhes atribuía tarefas as mais variadas, que iam do exame da fauna, da flora, do clima, da salubridade, do trabalho que se vinha executando, condições particulares da humanidade aborigene. Cobrir-se-ia, assim, todo o vasto mundo exótico tropical, do Novo Mundo, que os povos ibéricos proporcionavam ao outro mundo, o Velho Mundo.

A Amazônia, portanto o extremo norte do Brasil, como Mato Grosso, no Brasil Central, ambas áreas de fronteira, áreas de fricção com os vizinhos de cepa hispânica, eram espaços que se haviam criado como distritos de acção soberana de Portugal nessa aventura de gigantesca intensidade. Ambas as regiões resultavam de um «rush» de proporções quasi ilimitadas e através do qual a extensão do ultramar português na Sul-América fora ampliada e assegurada pela presença permanente de colonos, religiosos, militares, funcionários do Estado que, se não incentivava a empreza, a ela se associara, dando-lhe a estrutura necessária pela criação de unidades administrativas. Na fixação, em 1750, pelo Tratado de Madrid, dos limites entre os dois Impérios ibéricos, a expansão fôra reconhecida como expressão do interesse nacional e como tal defendida e definida.

Ora, nessa Amazônia, de características tão autônomas no quadro do Império, como no Mato Grosso, também tão típico, espécie de mundo de transição entre as duas grandes bacias continentais, a platina e a amazônica, como se havia identificado a natureza, a física, a econômica e a social? Como procederiam a humanidade pré-européia, a humanidade européia que chegava e realizava a operação do domínio político e aquela outra, a mestiça, que resultava do relacionamento entre étnias e culturas diversas e compunha a sociedade solidária que contribuía, com grandes contingentes, para o empreendimento colonial da expansão? Se de outros pontos do Império havia notícias pormenorizadas, que ocorria com relação a êsses dois? O estudo, a identificação das duas áreas vinha sendo realizada de há muito. Desde os primeiros contactos, os próprios desbravadores se haviam importado em saber das peculiaridades regionais. E uma literatura, sem rigor científico, é certo, principiara a ser elaborada, num esforço pioneiro digno de respeito. No particular da Amazonia, havia já cartas geográficas, como documentários, que incluíam informações sôbre flora, fauna, humanidades aborígenes. Com relação a Mato Grosso, essa literatura e essa carto-

grafia apresentavam muito menor importância, que nem por isso pode ser menosprezada. Os Capitães Generais ali mandados governar não se tinham esquecido da tarefa e por determinação que expediram, elaboravam-se mapas e descritivos que constituíam primeiros passos na obra de identificação.

A Amazônia, é certo, constituiu preocupação maior pelo exótico de sua natureza, de sua humanidade aborígene, pela produção tropical. A empresa de sua revelação assumia, por isso, proporções ponderáveis. A identificação do espaço, como nenhuma outra região da colônia, provocava um interesse quasi diríamos inédito pela extensão e pelo conteúdo do trabalho. Frei Cristovam de Lisboa compuzera um «Tratado dos Animais e Aves do Maranhão», só agora divulgado em esplendida edição do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e Arquivo Histórico Ultramarino, e em edição de menos relevo pelo Centro de Pesquisas Científicas, da Universidade Federal do Paraná. O Tratado era, realmente, uma impressionante proposição do que a natureza amazônica, representada na fauna, proporcionava como exótico e como fonte de riqueza econômica a utilizar. Aos olhos mercantis do colono e dos homens de negócio do Reino, com a perda do Oriente, encontrava-se, na Amazônia, aquela matéria prima que explicara a presença portuguesa no Continente asiático. A especiaria oriental sucedia, com grande aceitação, a «droga do sertão», do extremo-norte do Brasil. A política da porta fechada, prosseguindo sem cessar como política de segurança nacional, a essa altura sofria uma pequena interrupção. Autorizara-se, de Lisboa, atendendo-se a pedido do Rei de França, a passagem, vindo de Quito, onde comandara os trabalhos de campo para a medição dos arcos do meridiano, do cientista Charles Marie de la Condamine, da Academia de Ciências de França. A viagem fizera-se sob cautelas imensas. Embora, o cientista francês pudera observar muito, como se pode constatar do que registou em suas comunicações à Academia e em sua «Relation Abregée d'une voyage» de que se fez edição em espanhol, um de cujos exemplares êle remeteu a amigo, o vigário de Ega, hoje Tefé, no Solimões.

As partidas de limites, mandadas para as operações locais de demarcação, recebiam incumbência da maior significação. Não se deviam restringir aos trabalhos da rotina demarcadora, mas ampliá-las levantando roteiros, mapas, procedendo a um levantamento da realidade física regional. A tarefa era gigantesca e seus resultados realmente expressivos. Trabalhando no empreendimento demarcatório, conseqüente ao Tratado de Madrid, um corpo técnico, em operações, recebera a incumbência de prosseguir naquêle levantamento. Foi também assim quando da execução do Tratado de S. Ildefonso. Como de vês anterior, a massa de informações geográficas, cartas, registro de fatos e aspectos peculiares da região, também impõe louvores aos que os elaboraram. Porque tudo aquilo representando ação política de Estado, interessado em saber o que valia o Império ali, importava na melhor demonstração do espírito indagador, de carácter

experimental, que marcava o momento em Portugal no tocante aos seus territórios no ultramar.

Um acto mais positivo baixou-se, na oportunidade. Martinho de Melo e Castro, no comando da administração nacional para os negócios do ultramar, tomara a iniciativa de mandar proceder a um rigoroso inventário do Império. E no particular do Brasil, solicitou a indicação de quem estivesse à altura de realizar a tarefa. Domingos Vendelli, mestre italiano que viera, como outros, para os trabalhos de reforma da Universidade, indicou Alexandre Rodrigues Ferreira como homem para a empresa. Baiano, dr. Alexandre, como lhe chamavam, ou o Doutor Naturalista, como aparece designado nos documentos oficiais da época, era já uma figura ilustre, integrante da geração brasileira que atuava no Reino. Fôra aluno distinto na Universidade. Vandelli estimava-o e o considerava um exemplo muito válido entre os homens que faziam a revolução cultural do país.

Aceite, deram-lhe instruções, a 29 de agosto de 1783, instruções até o presente desconhecidas, mas que acredito não estejam perdidas. Já estavam em execução, no entanto, normas para operações de campo. Havia sido expedidas em 1781. Eram muito claras e estavam dentro de objetivo específico: obter material para um Museu Nacional da Natureza<sup>(9)</sup>. Mas, no particular do Dr. Alexandre, o material e as notícias que foi colhendo e elaborando visavam o Jardim Botânico de Lisboa e o Museu de História Natural que ali se formava. Aquelas instruções, seguramente, hão de ter sido fonte para as que se expediram à «Viagem Filosófica». Se não conhecemos o texto das Instruções que lhe devem ter expedido, encontramos uma espécie de roteiro de trabalho que ele próprio se traçou e se encontra na secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro<sup>(10)</sup>. Faz-se necessário recordar que o Dr. Alexandre já se fizera notar por suas cogitações e estudos acerca da natureza em Portugal. Afirmava-se como pesquisador. Era natural a escolha, que não resultou, portanto, de qualquer preferência amiga, pois já era, desde 1780, membro da Real Academia de Ciências!

A 1.º de Outubro de 1783, partia de Lisboa. Viajaria no mesmo barco em que estavam embarcados o Capitão-General Martinho de Sousa e Albuquerque e o bispo do Pará, Frei Caetano Brandão. Seus companheiros para as jornadas científicas eram: desenhadores José Joaquim Freire e Joaquim Codina e o jardineiro-botânico Agostinho Joaquim do Cabo. Atingiram Belém. O mundo amazônico deslumbrou-o desde o primeiro momento pondo-o em dúvida sobre o que deveria ser a primeira preocupação. Tudo lhe parecia inédito, rico, esplêndido como natureza. Deslumbrou-se, é a expressão certa para as emoções que expe-

---

(9) «Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa, sobre as remessas dos produtos e notícias pertinentes à História da Natureza, para formar um Museu Nacional». Lisboa, 1781.

(10) Consta do códice 1.16, 1.35, da secção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

rimentou. Era essa, aliás, desde os inícios do século XVII, o impacto sob que se encontravam quantos chegavam ao extremo-norte do Brasil. Só Euclides da Cunha, no século XX, sentiu desapontamento, no primeiro contacto, alterado depois para a paixão que o transformou num dos mais autênticos intérpretes da região.

O Dr. Alexandre vinha encontrar, na Amazônia, um grupo admirável de servidores do Estado, empenhados na tarefa de fixar a fronteira com as possessões da Espanha. Eram êles: Manoel da Gama Lobo d'Almada, Constantino de Chermont, João Batista Mardel, Ricardo Franco de Almeida Serra, António Pires da Silva Pontes, José Simoens de Carvalho, Francisco José de Lacerda e Almeida, Joaquim José Ferreira, Henrique João Wilkens, Eusébio Antonio de Ribeiros, Pedro Alexandrinho Pinto de Souza, José Joaquim Vitorino da Costa <sup>(1)</sup>.

Durante quasi 10 anos, de outubro de 1783 a janeiro de 1792, quando regressou a Lisboa, na Amazônia e em Mato Grosso procedeu a uma investigação cuidadosa, que desejou ampliar, como foi o caso do Solimões, que pretendeu atingir, mas foi proibido pelo Reino de efetuar o trabalho. Começou pela ilha de Marajó, nas cercanias de Belém, e onde se realizava a emprêsa de criação de gado. Seguiu-se o Tocantins e após o Amapá. Daí partiu para o rio Negro, rio Branco, Madeira, Mamoré, Guaporé até Cuiabá. Por onde passou e onde demorou, coletou material, viu de olhos bem abertos, com olhos de vêr, como diríamos melhor, ouvir, informou-se, não despresou um pormenor, nem despresou o informante, por mais humilde que fôsse, pelo que poderia fornecer de útil à indagação a que procedia. Indios, mestiços, brancos, autoridades civis, militares, religiosas, homens de negócio, trabalhadores do extrativismo, pescadores, remadores, sertanistas, fiscadores de ouro, todo aquêlê contingente humano que criava o Brasil amazônico, o Brasil interior, de florestas, das grandes águas, dos cerrados, da fronteira externa, do extrativismo vegetal e animal, da experiência agrária, do esforço urbano, da conquista, do domínio, do exercício político de soberania, tudo por êle foi analisado, entendido, proposto aos seus superiores, no que estava fazendo, no que erravam, no que acertavam, no que poderiam servir melhor. Como a natureza física, dos cursos fluviais, dos outros acidentes geográficos, da floresta com o seu sem número de espécies botânicas e animais, e além da natureza física, a natureza humana, aí compreendida a vida tribal dos grupos aborígenes que então ainda permaneciam sem a efetiva integração ao novo «status» político cultural, decorrente da presença portuguesa.

O que constituia a produção da «Viagem Filosófica» vai ser devidamente conhecida com a edição de todas as memórias, diários, iconografias, documen-

(1) Cf., de minha autoria, «A Amazônia vista pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira», pág. 324 do «Boletim» da Sociedade de Geografia de Lisboa, Julho/Setembro de 1957.

tação pertinente que o Conselho Federal de Cultura decidiu promover e de que já estão publicados os dois primeiros volumes da iconografia.

O «Diário da Viagem Filosófica» fôra divulgado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com algumas outras memórias. Faltava muito. Sôbre o que a «Viagem Filosófica» significara, como aventura do espírito, já se escreveram ensaios do mais variado sentido, da autoria de Emilio Goeldi, Rodolfo Garcia, Almir de Andrade, Virgilio Correa Filho, Glória Marly Duarte de Carvalho Fontes, Cory de Carvalho, Luiz da Costa Faria, Emanuel Martins, Luiz Emygdio Mello Filho, João Mcagen de Oliveira, Castro Faria, Olímpio da Fonseca Filho, Alfredo da Mata, João Ribeiro Mendes, Manoel José de Miranda, Roquete Pinto, Alfredo do Vale Cabral, todos no Brasil, a que somar a contribuição, magnífica, de José Maria da Costa e Sá, Carlos França, Américo Pires de Lima, D. A. Tavares da Silva, Bettencourt Ferreira, Santos Júnior, contribuição portuguesa valiosíssima pelo que proporcionou para o conhecimento da vida e da obra do luso-brasileiro de que as Pátrias nos devemos orgulhar.

No desempenho da comissão o Dr. Alexandre foi geógrafo, historiador da empresa de Portugal na posse efetiva da Amazônia, botânico, zoólogo, antropólogo, e, até certo modo, um economista quando examinou a atividade que caracterisava a região, no capítulo do extrativismo vegetal e animal, nos ensaios cheios de sucesso da criação de gado e da experiência agrária. O problema do clima, hostil ou não, o problema da salubridade, face ao rigorismo do mesmo clima e da gama de enfermidades endêmicas e epidêmicas que podiam provocar a impossibilidade de uma permanência de homem de cepa europeia, tudo foi objeto da curiosidade e do registro pormenorizado, de anotação, de constatação por parte do naturalista. Será difícil procurar algum aspecto da Amazônia que não tenha merecido o interesse do Dr. Alexandre. Até os títulos com que Portugal sustentava o seu direito de exercer soberania no Amapá e no Rio Branco constituíram capítulos de interesse, comprovado com as dissertações que lhe devemos e constituem, realmente, excelentes ensaios histórico-geográficos sôbre as duas frentes de conflito político.

A relação de suas memórias, tão vasta, ha que somar material iconográfico e as peças colhidas dos reinos animal e vegetal e remetidas a Lisboa para as coleções do Museu Nacional, onde podiam ser melhor examinadas para que se enriquecesse o conhecimento universal do que aquelas partes do Mundo Novo representavam como exótico e como realístico.

Tivesse sido divulgado todo êsse imenso cabedal de observações, divulgado na época ou mesmo pouco mais tarde e quanto passo novo teria dado o conhecimento científico no campo da fauna, da flora, da antropologia! Devemos-lhe, por exemplo, o primeiro registro do que depois provocaria tantos desfalques na população da Amazônia no «rush» da borracha — o beriberi, constatou Alfredo da Mata.

Escreveu, com muito acerto, Almir de Andrade: «O grande mal de Alexandre Rodrigues Ferreira foi o de não lhe haverem lido as obras, durante o tempo em que viveu. Anos e anos decorreram, sem que se conhecessem as preciosas contribuições que nos deixou. Muitas de suas observações, encontradas nos arquivos por pesquisadores pacientes, foram aproveitadas e apresentadas como patrimônio de terceiros»<sup>(12)</sup>.

A «Viagem Filosófica», na sua minúcia vai ser revelada pelo Conselho Federal de Cultura do Brasil. Dela parece ter-se perdido muito pouco. É certo que, por ocasião da conquista francesa, sob Napoleão, do espaço físico do Portugal europeu, Geoffroy Saint Hilaire, a serviço da ciência de sua Pátria, obteve muito do vasto acordo da «Viagem», que foi levado a Paris. Esse acêrvo posteriormente voltou a Lisboa, sendo cedido ao Brasil, em cuja Biblioteca Nacional se encontra recolhido. Sôbre o pretendido saque, realizado por Saint Hilaire, ha estudos de Bettencourt Ferreira, que reduzem o assunto às suas legítimas proporções. Não ocorreu o saque, mas uma entrega, devidamente policiada, mais ou menos disciplinada, ao francês, do que lhe pareceu interessante nos museu portugueses.

Na edição que se inicia, confiada à diligência de José Candido de Mello Carvalho, antigo presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, ex-diretor do Museu da História Natural «Emilio Goeldi», de Belém, Pará, naturalista do Museu Nacional, os tomos que divulgarão as «Memórias» serão acompanhados de introduções e comentários a cargo de especialistas brasileiros. Já se encontram prontos para próxima publicação os que se referem à geografia e antropologia, sob a responsabilidade de Antonio da Rocha Penteado, especialista na Geografia Tropical da Amazônia, professor da Universidade de São Paulo, e Eduardo Galvão, chefe do setor de antropologia do Museu Paraense «Emilio Goeldi».

Quero, na oportunidade, fazer uma confissão. Desde cedo comecei a admirar e a interessar-me pelo Dr. Alexandre. Lêra, unicamente, o «Diário da Viagem», como fonte para a História do Amazonas, que era a preocupação maior no início de minha carreira na área de pesquisas históricas. Quando director do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, fiz proceder à cópia dos manuscritos que se guardavam na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, visando a uma futura publicação. «Criei uma colecção, em que se divulgaram alguns ensaios a respeito. Era a série «Viagem Filosófica». Realizei conferências, escrevi artigos. Podem bem imaginar a alegria que me acho possuído com a edição, que principia, e de que os dois volumes que entrego a esta Casa, como os que entregarei aos outros grandes centros da atividade científica de Portugal, são o caminho extenso que estamos realizando. Começamos a pagar uma grande dívida. O dr. Alexandre tem direito a êsse gesto de justiça e de gratidão.»

(12) «Alexandre Rodrigues Ferreira e a introdução do método científico nos estudos sociais do Brasil», pág. 10. Rio, 1958.

## SUMMARY

## O LUSO-BRAZILIAN SCIENTIST AND THE SURVEY OF THE AMAZONIA

The writer says that Martinho de Melo e Castro decided to make a strict inventory of the Empire, especially Brazil, and wanted someone with the proper knowledge for such work. Alexandre Rodrigues Ferreira was the man cast for this task. Born in Baía Dr. Alexandre Ferreira or the Naturalist Doctor as he was named in official documents of that time, was already a remarkable and well known man in the Kingdom. Domingos Vendelli an Italian who had come with others to undertake the reform of the University, admired and thought him one of the best examples of those men who can do very much for the cultural revolution of any country.

Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira was well known for his works on the sciences of Nature in Portugal.

He was a researcher, and had been from 1780 a member of the Royal Academy of Sciences.

In the Amazonia and Mato Grosso he carried out careful researches. He begun in the island of Marajó near Belem, a cattle growing country. Then he went on to Tocantins, Amapá, rio Negro, rio Branco, Madeira, Mamoré, Guaporé and Guiba. Wherever he went he gather material, he observed with attention listened, asked informations. He did not disdain whoever gave him valuable information.







EMPRESA TIPOGRAFICA CASA PORTUGUESA SUCESSORES, LIMITADA  
RUA DAS GAVEAS, 109 — TELEF. 32 61 08 - 32 78 17 - 36 67 76 — L I S B O A





## AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: [ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM](mailto:ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM)



Secretaria de  
**Estado de Cultura**



CENTRO CULTURAL DOS  
POVOS DA AMAZÔNIA